

ADMITIR A DERROTA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 18.08.1981

O inevitável ministro da Justiça, o Sr. Abi Ackel, declarou que a vitória do PDS nas eleições de 1982 é “um pressuposto fundamental do processo de abertura”. Esta declaração, marcada por um autoritarismo indisfarçável, contrasta com a manifestação insistente de uma série de comandantes militares, como os generais Délio Jardim de Matos e Júlio de Sá Bierrembach, e do próprio presidente Figueiredo, de que as eleições de 1982 serão respeitadas e que o poder caberá a quem for, nelas e em 1984, vencedor. Aquelas declarações de um ministro civil, entretanto, nos deixam desconfiados de que talvez não sejam principalmente os militares que desejam ou trabalham pelo fechamento político, mas alguns civis mais realistas do que o rei.

Não há dúvida, entretanto, que a esperança em uma vitória eleitoral por parte do PDS contribuirá para que o processo de abertura sofra menos riscos. Independentemente da vontade dos militares autoritários e de seus acólitos, o processo de redemocratização do País deverá continuar. Um novo fechamento, dada sua total ilegitimidade perante toda a sociedade, não abre perspectivas para nada senão para a desordem. Entretanto, se o partido do governo continuar a manter esperanças de vitória, desde que não exageradas, será mais fácil prosseguir com o projeto de abertura.

Dentro desse quadro, a atual política de austeridade econômica indiscriminada (que atinge os diversos setores da economia sem qualquer critério) surge com um obstáculo ao processo de redemocratização. Não porque a crise econômica seja incompatível com a democracia. Foi, aliás, o fim do “milagre” 1967-1973 uma das causas principais da derrocada em curso do sistema autoritário brasileiro. Mas uma política monetarista ortodoxa surge como um sério obstáculo a um bom desempenho do PDS nas próximas eleições. Assim, se a atual política de austeridade econômica, que está levando desnecessariamente o País a taxas de desemprego insuportáveis do ponto de vista social, não for alterada, as chances já reduzidas de êxito eleitoral do PDS diminuirão ainda

mais, fortalecendo-se em seu seio e no âmbito do governo as correntes autoritárias, que verão em um novo golpe de Estado a única maneira de conservar o poder.

Há muita gente que acredita que uma das causas da austeridade da atual política econômica seria o desejo de tornar de tal forma inviável um êxito eleitoral do governo, de forma que não restaria para ele outra alternativa senão tentar fechar novamente. Não acredito nesta teoria conspiratória simplista. Por outro lado, não há dúvida de que é necessária uma política econômica austera para que possamos superar o problema fundamental da nossa economia: o desequilíbrio externo. Do que não precisamos é de uma política de austeridade econômica indiscriminada, de caráter monetarista, que provoca taxas de queda na produção e de desemprego insustentáveis em uma sociedade que precisa trabalhar e produzir para atender às necessidades mínimas da população.

O grave é que qualquer tipo de política econômica de austeridade que não seja via mercado e recessão, mas via aumento dos controles administrativos sobre os preços, as importações, a distribuição da renda e a orientação da produção, é uma política que exige mais poder real por parte do governo. É, portanto, uma política econômica que exige mais legitimidade para esse governo. E é desta legitimidade que ele mais carece, inclusive porque conta com ministros autoritários, incapazes de compreender que hoje no Brasil, um governo só alcançará legitimidade se lutar pela vitória, mas admitir a derrota eleitoral.(18/08)